



## INTERPELAÇÃO ESCRITA

### **Promover a fiscalização das plataformas de *takeaway* e lançar medidas de apoio ao sector da restauração**

Nos últimos dias, surgiu nas redes sociais um grupo intitulado "Encerramento de todas as portas de Macau", no qual muitos cibernautas partilham informações sobre o encerramento de estabelecimentos comerciais em diversas zonas de Macau e as lojas que se encontram por arrendar. Segundo um dos vídeos, há uma rua curta com mais de 20 lojas desocupadas e por arrendar, situação cuja gravidade duplicou em comparação com 2023, altura em que havia apenas uma dezena destas lojas. A situação é triste e preocupante, uma vez que o sector da restauração e os sectores envolventes são fonte de subsistência de dezenas de milhares de famílias, portanto, o Governo não pode fazer orelhas moucas a esta situação.

Face à integração das duas regiões, e com o aumento das facilidades de passagem das fronteiras, a queda da economia, e a redução dos rendimentos dos cidadãos, entre outros factores, consumir na China passou a ser uma nova tendência e hábito dos nossos residentes, sendo inevitáveis os prejuízos para o mercado local. O sector da restauração e da venda a retalho são os primeiros a ser afectados, no entanto, nem sempre é fácil concretizar a ideia de que "a pobreza é a única solução para a mudança". Face às constantes mudanças no Interior da China, a vantagem dos preços baixos, melhores instalações complementares de trânsito e o apoio de



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

avultados capitais, as micro e as pequenas e médias empresas locais dificilmente conseguem competir e enfrentar os desafios.

Além disso, o surgimento das plataformas de “takeaway” provocou mudanças no mercado da restauração, nas quais muitos operadores participaram e às quais se adaptaram, no entanto, os resultados não correspondem aos previstos, antes pelo contrário, devido à falta de fiscalização, o regime de comissões das plataformas de “takeaway” deixam os estabelecimentos comerciais sem fôlego, e estes, para sobreviverem, mesmo perante situações difíceis, sem lucros ou até em défice, são obrigados a participar naquelas plataformas.

Olhando para o Interior da China, há alguns anos, o Governo procedeu à fiscalização e à regulamentação das plataformas de “takeaway” através da “Lei anti-monopólio” e das respectivas políticas, para evitar situações injustas de monopólio e proteger os legítimos direitos e interesses dos comerciantes e consumidores. Quanto ao funcionamento do sector da restauração, Macau dispõe duma grande quantidade de diplomas legais que fiscalizam as actividades do sector, desde o controlo fronteiriço dos produtos alimentares, passando pelo licenciamento de estabelecimentos de restauração e bebidas, higiene, segurança contra incêndios, obras, e drenagem de águas residuais, até às caixas para entrega de comida dos motociclos. No entanto, as plataformas de “takeaway”, que afectam a vida dos lojistas, não estão sujeitas a qualquer restrição e fiscalização, e, ao longo de todos estes anos, os seus trabalhadores não têm sido legalmente protegidos.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

1. Nos termos da “Lei anti-monopólio”, os serviços competentes do Interior da China exigem às plataformas o aperfeiçoamento do mecanismo de cobrança de comissões e as regras dos algoritmos, e a entrega, durante três anos consecutivos, dum relatório de auto-verificação, com vista a assegurar o desenvolvimento saudável e sustentável do mercado. O Governo vai tomar como referência e seguir as políticas do Interior da China? Vai rever, oportunamente, a “Lei de protecção dos direitos e interesses do consumidor”, ou elaborar uma lei anti-monopólio para as plataformas de “takeaway”, a fim de salvaguardar os legítimos interesses dos operadores do sector da restauração? Vai reforçar a protecção dos legítimos direitos e interesses dos trabalhadores que se dedicam ao “takeaway”?
2. As plataformas de “takeaway” estão interligadas com o sector da restauração, e este depende da promoção e divulgação para aumentar a sua visibilidade. No entanto, as despesas administrativas são elevadas, o que só dificulta ainda mais a vida do sector, e este só pode baixar a qualidade dos produtos alimentares ou então transferir os custos para os consumidores, criando-se assim um círculo vicioso. Face às actuais dificuldades do sector da restauração, o Governo vai implementar planos de apoio financeiro para o apoiar na redução dos custos com a publicidade?
3. Para resolver ou aliviar as actuais dificuldades do sector da restauração, o Governo e os serviços competentes vão lançar algum plano financeiro de apoio à publicidade nos meios de comunicação social locais? Podem, por exemplo, colaborar com o sector da comunicação social local, com os meios



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

de comunicação social, empresas, etc., na produção de publicidade, através de jornais, revistas e outros meios de divulgação e promoção, para apoiar a sobrevivência do sector da restauração, e beneficiar e promover o desenvolvimento de outros sectores locais. Vão fazê-lo?

05 de Abril de 2024

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,  
Lo Choi In**